

Editorial



Paula Bravo

Vou ali a França comprar laranja de Silves

Os citrinos têm um peso tão grande na economia do concelho de Silves que há décadas que estão representados no logotipo da Câmara de Silves, anteriormente na figura de uma laranjeira, agora no círculo laranja que rodeia a meia lua. No entanto, e ainda que o sector não tenha diminuído de importância, tem-se assistido, nos últimos anos, a uma progressiva perda de protagonismo. Lendo os materiais promocionais do concelho, da responsabilidade da Autarquia, confirma-se que os holofotes concelhios estão praticamente todos voltados para o sector dos vinhos. A tendência iniciou-se quando a então presidente Isabel Soares apresentou no Castelo a marca "Vinhos de Silves" e deixou cair "Silves a capital da citricultura". O sector citrícola estava em acentuada perda de dinamismo económico e o sector político, em vez de contrariar esse movimento, virou-lhe as costas e passou a apostar nos vinhos. Entretanto, os vinhos de Silves têm somado prémios nacionais e internacionais e são as estrelas em quase todas as iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, incluídos nos celebrados "Vinhos do Algarve". É que a tão badalada Rota de Vinhos do Algarve praticamente nem menciona Silves e os produtores do concelho estão abrangidos pela DOC Lagoa (denominação de origem). Só uma alma mais informada notará que, na realidade, são produtores de Silves. E, enquanto os anos passam e o poder autárquico muda de tendência, os citrinos continuam desamparados. Um exemplo: em março, o Município de Silves apresentou-se na Bolsa de Turismo de Lisboa, para fazer a promoção da "gastronomia", dos "vinhos", "aguardentes, licores, produtos locais". Nem uma referência às laranjas. A questão é que o peso económico e social que os citrinos têm no concelho tem de corresponder a um

investimento real e bem direcionado de promoção deste produto local. Do que nos serve termos eventualmente a melhor laranja do mundo se mais ninguém sabe? Se não há qualquer campanha que alicerce este sentimento? Na edição deste mês, dedicamos algum espaço a "espreitar" como andam estas coisas da citricultura algarvia e no concelho. Confirmamos que existem problemas estruturais em que o poder local não pode intervir, como os custos da produção e os preços de miséria que são pagos aos produtores. Mas o poder local tem meios e possibilidades para organizar uma campanha de promoção do produto mais importante que o concelho produz. E obrigação de o fazer. A valorização do produto "laranja de Silves" poderia ser uma alavanca para a subida do preço deste bem e consequente aumento do interesse na produção. Vemos que, atualmente, a exportação para o estrangeiro tem sido o único caminho viável para rentabilizar as produções de citrinos. A este ritmo, qualquer dia, dizemos nós sem nos rirmos, é mais fácil encontrar laranja de Silves em França do que nos nossos mercados... Em dezembro de 2013, a presidente Rosa Palma anunciou que a Câmara queria lançar a marca da laranja do concelho e reativar a feira da laranja, que se realizou de 1985 até 2001, quando foi suspensa por Isabel Soares. Mas tarda o desenvolvimento destas intenções. O que há por fazer é muito - e é urgente. Apesar de todas as dificuldades do sector, Silves continua a ser a capital da citricultura e seria bom que os agentes políticos e económicos se empenhassem em conjunto em afirmar este nosso produto e lhe atribuíssem o lugar de destaque que efetivamente tem.

Tomar Partido



Francisco Martins

Desafio complexo no acesso aos fundos comunitários

O acesso dos municípios portugueses aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 vai ser difícil devido às redobradas exigências técnicas, restrições, critérios de elegibilidade e condicionalismos de que enferma a generalidade dos programas e regulamentos específicos. A título de exemplo, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), programa temático nacional nas áreas dos sistemas de abastecimento de água, saneamento, resíduos, energia e outras, é um dos mais exigentes e centralizador. Abunda nos seus requisitos um número elevado de evidências, demonstrações financeiras, análises de custo-benefício, conformidades com programas e planos territoriais, indicadores de realização e resultado, cadastros de infraestruturas, exigências ao nível dos tarifários (pressão no sentido da subida de preços com vista à privatização) que comprometerão quer a apresentação das candidaturas quer o seu desfecho final. A linguagem hermética e tecnocrática, por vezes confusa, que é usada na redação dos objetivos temáticos, prioridades, objetivos específicos, eixos ou programas, conforme as situações, torna doloroso o exercício de direcionar dado projeto de investimento para financiamento comunitário<sup>1</sup>. Ao invés, a submissão, acompanhamento e gestão das candidaturas através de portal via internet é um instrumento facilitador do acesso ao Portugal 2020. Na esfera dos municípios são exigidos "à cabeça" vários planos estratégicos ou planos de ação, dependendo do programa em concreto, com vista a garantir o enquadramento geral, uma visão sistémica e um conjunto de linhas orientadoras, objetivos, medidas e ações, subjacentes às respetivas áreas, sem os quais, não é possível o lançamento e aceitação de candidaturas. A contratação de resultados esperados (por

ex.: criação de emprego, criação de poupanças, contributo para uma economia de baixo carbono, contributo para o Valor Acrescentado Bruto regional), calculados através do uso de indicadores e unidades de medida, de metas e objetivos previamente definidos, uma novidade no novo quadro comunitário, que é parte integrante das candidaturas, cujo eventual incumprimento após a execução dos projetos, conduzirá à devolução de fundos no todo ou em parte, atesta bem da responsabilidade e dos cuidados a ter, no acesso aos programas. Se no caso dos projetos empresariais privados a previsão dos resultados esperados é um processo objetivo e relativamente fácil, embora, não isento de incertezas e desvios, na área dos projetos de natureza pública, em que a relação custo-benefício é algo imprecisa e difusa, a tarefa é bastante subjetiva e portadora de entraves adicionais. De um certo facilitismo no passado passou-se a níveis de complexidade superior que nos levam fundadas dúvidas sobre a capacidade do país e dos seus agentes económicos em reunirem condições para consumir os cerca de 25 mil milhões de euros durante o período 2014-2020. Os autarcas portugueses queixam-se em geral do caráter centraliza-

dor do quadro comunitário Portugal 2020 que não assegura uma intervenção adequada dos municípios, à exceção dos programas operacionais regionais, onde têm realmente uma palavra importante a dizer. Na medida em que os recursos e as oportunidades são escassas, há que ir à luta e aproveitá-los. Aos autarcas, empresários e promotores diversos, não sobra outra alternativa, senão, munirem-se de informação, organizarem-se e prepararem-se tecnicamente, no "assalto" aos fundos comunitários, com vista à execução de projetos de investimento, que são sempre sinónimo de progresso social e económico. Contudo, não se devem semear ilusões. O novo quadro comunitário aposta demasiado na competitividade, na lógica do privado e das grandes empresas, em detrimento do setor público, relegando para segundo plano o sistema produtivo nacional, a coesão e convergência real dos países e regiões, bem como a redução das assimetrias intra e interregionais. Mas isto, é tema para uma próxima ocasião.

<sup>1</sup> O Gabinete de Empreendedorismo Local do Município de Silves é um serviço público vocacionado para resolver este tipo de problema

**balanço & razão**

Contabilidade  
Fiscalidade  
Seguros

*Liberte-se das preocupações*

Largo António Vaz Mascarenhas Lote-3 R/c Drt.  
8375-104 S. B. Messines  
Tel.: 282 339 867 · Tlm.: 968 776 940  
Fax: 282 338 740  
Email: balanço.razao@mail.telepac.pt

Pub.

Assine o Terra Ruiva

"TERRA RUIVA" - Rua da Fábrica, nº 3  
8375 - 147 S. Bartolomeu de Messines

Para assinar o Terra Ruiva recorte o cupão anexo e envie-o preenchido para a nossa redação. Pode efectuar o seu pagamento (15 euros) através de cheque ou transferência bancária, através do NIB: 0045 7120 4017 1566 6531 4 (CCAM) - (Ao proceder à transferência bancária indique o nome do assinante)

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_ Código Postal: \_\_\_\_\_

NIF: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

Forma de Pagamento: Cheque  Transferência  (Assinatura anual por 15 Euros)

Nota: Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. O seu fornecimento é facultativo. Nos termos da lei é garantido ao cliente o direito de acesso ao seus dados e respectiva actualização.

Ficha Técnica

Directora: Paula Bravo.  
Redação: Francisco Martins, José Carlos Xavier. Director Financeiro: Francisco Martins (TLM- 918 700 152).  
Colaboradores: António Eugénio, António Guerreiro, Aurélio Nuno, Carlos Vargas, Eugénio Guerreiro, Estela Louçã, Gabriela Martins, Helena Pinto, José Manuel Vargas, Maria José Grade da Encarnação, Maria Lúcia Santos, Maria Luísa Anselmo, Mónica Gonçalves, Paulo Silva, Rogério Mena Gomes, Teodomiro Neto, Vera Gonçalves. Redação, Administração e Publicidade: Rua da Fábrica, nº 3; 8375 - 147, S. Bartolomeu de Messines, TLM: 962856922, e-mail: terraruiva@gmail.com, www.imprensaregional.com.pt/terra\_ruiva. Design gráfico e pré-impressão: Bruno Cortes. Impressão: FIG-Indústrias Gráficas, S.A. - Coimbra. Periodicidade: Mensal. Tiragem: 1500 exemplares. Propriedade: Associação de Desenvolvimento do Concelho de Silves "Pé de Vento" - NPC 504606867. Registo no Instituto de Comunicação Social com o número 123511. Depósito Legal nº 153123100. Os artigos de opinião são da responsabilidade dos seus autores.